

TRABALHO E TRABALHADORES EM CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A crise inaugurada no início dos anos 70 do século XX, com o esgotamento do ciclo expansivo do pós-guerra, que se convencionou chamar Fordismo, engendrou transformações estruturais em todas as dimensões da economia e da sociedade – tecnologias, empresas, mercados, Estados, valores, etc – as quais produziram novas contradições que evidenciam o caráter estrutural da atual crise do capitalismo e seus impactos extremamente destrutivos sobre a população, o meio ambiente e sobre a própria atividade econômica, subordinada e constrangida pela hegemonia do capital financeiro e da ordem neoliberal.

Uma das dimensões centrais desta crise resulta dos seus impactos sobre o trabalho, sobre os mercados de trabalho e sobre os trabalhadores os quais reverberam no conjunto da sociedade, desestruturando modos de vida, questionando valores, aprofundando as dimensões clássicas da questão social, como a desigualdade e a pobreza, e tornando-a mais complexa com a emergência de novas manifestações e novos desafios para as lutas sociais.

Na passagem do século XX para o século XXI, os trabalhadores se defrontam com o poderio avassalador do capital, o qual, após subordinar todas as regiões do mundo à lógica do mercado, destruindo as formas de organização e de produção pré-existentes, aumentou, exponencialmente, a força de trabalho à sua disposição, tornando possível, graças às novas tecnologias de comunicação e transporte, deslocar a produção para onde os salários e a proteções fossem mais baixos, colocando, deste modo, todos os trabalhadores do mundo, no âmbito de cada mercado de trabalho específico, a concorrerem por um emprego ou ocupação, subordinando-se às condições degradantes impostas pelo capital.

Este movimento, iniciado pela deslocalização da atividade industrial para a periferia do sistema, a partir dos anos 80, atinge hoje quase todas as categorias de trabalhadores, inclusive aquelas mais qualificadas, envolvidas nas atividades de concepção e na produção imaterial, que estão tendo o seu exercício profissional inviabilizado ou radicalmente transformado e desvalorizado pelas plataformas digitais, que ampliam enormemente a concorrência entre os trabalhadores e fragmentam as tarefas num patamar inédito.

Os artigos publicados neste número dos “Cadernos do CEAS” tratam, a partir de diversas perspectivas, dessas transformações do trabalho e suas consequências para os trabalhadores, examinando, em vários deles, as particularidades do caso brasileiro.

A reconfiguração da classe trabalhadora engendrada pelo aumento da composição orgânica do capital e pelas novas formas de exploração do trabalho pelo capital é discutida por Gionani Alves e por Marcio Pochmann.

A relevância do papel do Estado na regulação da relação capital-trabalho e a repercussão, sobre os trabalhadores, das opções políticas das forças que o controlam, são objeto das contribuições da Angela Borges, Vitor Filgueiras, Inez Stampa, Moacyr Salles Ramos e Roseniura Santos, todas com foco nas transformações em curso no Brasil, no século XXI.

Dois *traços estruturais do trabalho no capitalismo contemporâneo* são tematizados em quatro artigos que apresentam resultados de pesquisas: a precarização - Denise Vieira da Silva e Luiz Paulo Jesus de Oliveira – e a informalidade, característica marcante nos mercados de trabalho da periferia do sistema, que passa a integrar as estratégias de produção do capital e que vem sendo atualizada e reforçada no âmbito da circulação, onde já desempenhava papel significativo, discutida no trabalho de Octavio Maza, Francisco Javier Ruvalcava Coyaso e Omar Pasillas López e no de Bruno José Rodrigues Durães. Finalmente, Gabriel Kraychete chama a atenção para a necessidade de construir novas categorias de análise, capazes de dar conta do trabalho na economia dos setores populares, *forma de organização do trabalho fora da lógica capitalista*, que se reproduz como estratégia de sobrevivência de amplos segmentos de trabalhadores.

Integram, ainda, esta edição dos “Cadernos do CEAS” dois artigos que trazem resultados de pesquisa para o *cenário da América Latina, nos anos 2000, sobre dois programas governamentais de transferência de renda*, implementados para o enfrentamento do quadro de extrema pobreza agudizado na crise dos anos 90: o brasileiro Bolsa Família - Adilma Pinto Galvão e Maria de Fátima Pessôa Lepikson e o argentino Asignación Universal por Hijo: un estudio socioterritorial - Patricia Davolos e Gabriel Viú.

Os dois últimos textos tratam de temas que remetem, também, a contradições agudizadas no atual estágio do capitalismo: as repercussões do stress do trabalho e da vida cotidiana sobre o convívio familiar, especialmente a relação entre pais e filhos - Sara M. C.

Bitencourt Santos e Lúcia Vaz de Campos Moreira – e a questão dos imigrantes refugiados na Europa, discutida por Dulce Maria Tourinho Baptista e Marijane Vieira Lisboa.

Por fim, encerra esta edição um ensaio fotográfico que integra uma etnografia visual de autoria de Julie Sarah Lourau-Silva nas festas populares e no carnaval em Salvador-Bahia, retratando barraqueiros, ambulantes e fiéis, em espaços de trabalho, lazer e religiosidade.

Boa Leitura!

Angela Borges e Joaci Cunha

Editores